

O complexo dos muros



» JOSÉ SARNEY
Ex-presidente da República,
escritor e imortal da Academia
Brasileira de Letras

Estamos num tempo de guerras sem tiros, sem lenço e sem documento. Refiro-me à guerra econômica, de taxas protecionistas, alfandegárias, de um lado para o outro, entre os Estados Unidos e a China, o Canadá, o México e a Colômbia. E nós, no Brasil, aqui, encolhidos, esperando que sobre para nós algumas taxas em nossos sapatos, aço, sucros e outras coisas mais. Como o Brasil tem com os Estados Unidos uma troca de exportação-importação equilibrada, não dá para entender nada daquela frase do presidente Trump de que “eles precisam mais de nós do que nós, deles.”

Recordo com saudade as iniciativas políticas para a América Latina do presidente Roosevelt, a “Política de boa vizinhança” (Good Neighbor Policy), e a do presidente Kennedy, “Aliança para o Progresso” (Alliance for Progress), tão queridos de todos nós.

Não é que no Brasil também iniciamos uma guerra bem brasileira, a “guerra dos bonés”, para mostrar a preferência pelos dois lados políticos, direita e esquerda? É bem verdade que a origem dessas expressões está, na realidade, na divisão, na Assembleia Nacional francesa, entre os a favor — esquerda — e os contra — direita — à Constituinte de 1789.

Nessa guerra de tarifas, creio que o presidente Trump não está sendo sincero ao optar pela guerra comercial. Na verdade, desconfio de que o que ele tem é o “vírus do muro”, o antigo vírus da civilização humana de construção de muros para proteção das cidades. Os portugueses levaram um susto danado quando chegaram a Benim, em 1485: ficaram

estarcidos com a existência de uma muralha de quase 20 metros de altura. Estudos mostram que possuía 16 mil km de comprimento de cerca, abrangendo 6.500 mil km², com fosos profundos. No passado, considerada a segunda maior estrutura feita pelo homem depois da Grande Muralha da China, foi devastada pelos britânicos, em 1897. Aliás, os muros não têm uma tradição de vitória. Todos eles, sem tempo ou com mais tempo, foram destruídos ou ultrapassados.

Mas creio que a Muralha da China é, no fundo, a obsessão do presidente dos Estados Unidos. Essa muralha, construída nos tempos antes de Cristo, possui 21.196 km de comprimento. Entre rios e montanhas, foi erigida para conter os povos bárbaros, principalmente os mongóis, que não conseguiram ultrapassá-la.

O presidente Trump, nessa disputa entre os Estados Unidos e a China, não possuindo uma muralha para confrontá-la e ser uma das 10 maravilhas do mundo, escolheu fazer um muro na divisa com o México, de aço, e guardá-lo pelo Exército americano. Nem assim conseguirá entrar no Guinness World Records (antigo Guinness Book of Records).

E agora, o senhor Milei, presidente da Argentina, que esteve na posse do Trump e com ele se abraçou, contraiu também o “vírus do muro” e resolveu construir um na divisa da Argentina com a Bolívia. A senhora Patricia Bullrich, ministra de Segurança, anunciou que vai construir, na fronteira com a Bolívia, um muro de 200 metros de comprimento, com 2,8 metros de altura. Como não tinha dinheiro para fazê-lo de aço ou cimento, ela o fará com arame farpado no topo. Isso, sem dúvida, ficará como símbolo dos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, de como poderão manifestar sua solidariedade ao presidente Trump construindo muros de arame farpado.

Não temos espaço para tratar do Muro de Berlim. Criado, em 1961, pelos russos, para evitar a saída dos cidadãos da Alemanha Oriental do “paraíso comunista”, foi derrubado, em

1989, pelo povo, com o fim da União Soviética. Israel tem o seu muro com a Cisjordânia e uma barreira fronteiriça, com cercas de arame farpado, sensores e zonas-tampão, muros e paredes de concreto e aço, isolando a Faixa de Gaza: muros intransponíveis, mas não evitaram a guerra cruel a que estamos assistindo.

Graças a Deus, o Brasil é tão grande e tão sensato que não tem planos de construir muros com ninguém, principalmente com a Argentina, com quem desejamos, cada vez mais, fortalecer nossa amizade fraternal com o seu povo, como já começamos a fazer com a criação do Mercosul. A leva de argentinos que recebemos vem ao Brasil para mergulhar nas águas quentes de nossas praias, e a nossa, para a Argentina, para apreciar a beleza de Buenos Aires e dos pampas, passar uma noite na Recoleta e, indo até o Sul, visitar as geleiras da Antártida.

Dos presidentes do Brasil, creio que fui o que mais amizade teve (e tenho) pela Argentina, pelo seu povo, pela sua cultura, sua história, reconhecendo a necessidade, imposta pela geografia de territórios contínuos, de sermos irmãos — nenhum muro poderá nos separar.

Lembremos Sáenz Penna, presidente argentino, para repetir sua frase, que diz tudo: “Tudo nos une, nada nos separa.”

Assim, essa “guerra de bonés”, de muros e muralhas, de amores e rivalidades, vai desaparecer, será derrubada como o são todos os muros para encontrarmos a Paz e a solidariedade entre todos os povos.

Que desapareçam da cabeça do Presidente dos Estados Unidos essa inveja da Muralha da China, esse erro do muro com o México, da extinção da USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional; em inglês, United States Agency for International Development), da saída da OMS (Organização Mundial da Saúde) e agora essa decisão de ocupar o território de Gaza, expulsando os palestinos de sua terra, com a reação até dos seus aliados e amigos, como nós.



Desafios para o Congresso na área trabalhista



» JOSÉ PASTORE
Professor da Universidade
de São Paulo, Presidente
do Conselho de Emprego
e Relações do Trabalho da
Fecomercio-SP e membro da
Academia Paulista de Letras

O Supremo Tribunal Federal (STF) deu prazos para o Congresso Nacional aprovar três leis que são exigidas pela Constituição de 1988 na área trabalhista. A primeira é a lei sobre a licença-paternidade, porque a regra atual de 5 dias foi aprovada pelos constituintes como provisória. A segunda é a lei sobre a proteção dos trabalhadores contra os problemas causados pela automação, também prevista na Constituição e, até hoje, não aprovada. A terceira é a lei de proteção dos trabalhadores contra os trabalhos penosos. As três são requeridas pela Carta Magna. São três imensos desafios:

1) Sobre licença-paternidade, há vários projetos de lei tramitando que propõem uma ampliação dos atuais 5 dias para 10, 15, 20 ou mais dias. Mas há projetos que desejam igualar a licença paternidade à da maternidade (120 dias). Há também os que propõem mesclar os dois afastamentos, criando a “licença parental” que é muito comum na Europa.

Onde está o desafio? Na forma de custear esses afastamentos. Hoje, os 5 dias de licença dos pais são totalmente custeados pelas

empresas. Mas, quando se fala em ampliar essa licença, a conta terá de passar para a Previdência Social.

Será que o INSS tem recursos para custear licenças mais longas para os pais? Como o Congresso Nacional não pode criar despesas para o erário, sem indicar a fonte de custeio, caberá aos parlamentares negociarem com o Ministro da Fazenda, o adicional de recursos, o que, certamente, enfrentará resistência numa hora em que o governo federal se esforça para conter gastos, sendo a Previdência Social o maior foco de preocupação, pois tem um déficit anual de mais de R\$ 300 bilhões!

Ou seja, a Constituição exige, as crianças precisam, os pediatras recomendam, mas não há dinheiro. Derrubar toda a conta no colo das empresas seria um desastre ainda maior.

2) Sobre a proteção contra os efeitos deletérios da automação, há também vários projetos de lei que tramitam há anos no Congresso Nacional, sem nenhuma perspectiva de aprovação em face da grave complexidade do assunto. Essa legislação envolve questões conceituais e limitações práticas. A nova lei vai proibir ou penalizar a adoção de tecnologias quando estas destroem empregos? Vai criar regras de substituição e demissão dos empregados afetados? Ou vai expandir os programas de qualificação e requalificação para “repaginar” os profissionais no novo mundo tecnológico?

No primeiro caso, teríamos uma ação frontal contra a modernização tecnológica e a perda de competitividade das empresas e da economia brasileira. No segundo, regras de

substituição e demissão podem gerar um clima conflitivo. No terceiro, criar-se-ia a necessidade de imensos recursos para a qualificação e requalificação, além de boas estratégias.

Mas, nesse campo, há outro desafio. Enquanto o trabalhador estiver desempregado e sendo qualificado ou requalificado de onde virá a sua renda? Haverá uma extensão do seguro-desemprego? Mas esse benefício (mais do que necessário) está criando despesas gigantescas numa hora em que o Brasil, ironicamente, está com pleno emprego. Vamos agravar ainda mais o desequilíbrio fiscal?

3) Sobre a proteção contra trabalhos penosos, tem-se um desafio conceitual de enorme proporção, porque até hoje nunca se conseguiu uma definição clara do que seja “penosidade” nas atividades laborais. Muitos consideram “penoso” levantar pesos excessivos, o que é indiscutível. Outros se referem ao trabalho sob sol escaldante. Há ainda os que chamam a atenção para o excesso de poluição sonora ou ambiental. Mas, tudo isso já está protegido por leis e regras no campo da periculosidade e insalubridade. O que será específico da penosidade? Não se sabe.

Em suma, os parlamentares, que acabam de voltar das férias, terão muito trabalho para atender aos pedidos do STF nesses três campos do mundo do trabalho. Os três implicam em decisões difíceis e onerosas, além dos desafios conceituais indicados.

Poder-se-ia questionar se tais questões deveriam ser parte da Carta Magna. Mas, passados 37 anos da sua aprovação, acho que ficou tarde demais...

Visto, lido e ouvido

Desde 1960 (Circe Cunha (interina))



circecunha.df@dabr.com.br

A cama como companheira

Catalogado com o código pela Classificação Internacional de Doenças (CID F32) como depressão, esse distúrbio mental é diagnosticado pelo rebaixamento do humor, redução da energia e diminuição de atividades, podendo ser de forma leve, moderada ou grave. Trata-se de uma enfermidade que, por suas repercussões na deterioração da qualidade de vida do indivíduo, pode levá-lo à morte, nos casos mais graves. Segundo relatório elaborado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), reunindo 18 países, o Brasil é o país de renda baixa com maior prevalência de casos de depressão no continente americano, perdendo apenas para os Estados Unidos.

Na América Latina, nosso país aparece com um maior número de casos, atingindo cerca de 5,8% da população, ou quase 12 milhões de brasileiros. O mais assustador é saber que essa é uma doença que vem acometendo, cada vez mais, pessoas dentro e fora do país. Estimativas de pesquisas feitas pela Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) mostram que mais de 300 milhões de pessoas no mundo sofrem de depressão. No Brasil, estima-se que, nos próximos anos, até mais de 15% da população sofrerá com essa doença. Pudessemos escolher, entre as doenças existentes, a maioria dos entrevistados nas pesquisas preferiria qualquer outra enfermidade, até mesmo o câncer, do que a depressão, pois, segundo relatos, a experiência com essa doença seria semelhante a uma espécie de morte em vida, com o indivíduo totalmente entregue e rendido às forças do destino.

Para muitos, a depressão se traduz por um pedido de socorro a quem não pode ajudar ou retirar a imensa angústia interna. Infelizmente, o mundo e, sobretudo, o Brasil não enxergam o problema dessa maneira, preferindo acreditar que tudo não passa de encenação ou frescura, mesmo diante de inúmeros casos dramáticos de pessoas que resolveram tirar a própria vida, como o único e derradeiro remédio para a dor.

Desenho feito por um paciente com essa enfermidade mostra o indivíduo atirado na cama, completamente entregue ao colchão, que, mesmo sendo a única companhia nessas horas, transformou-se numa espécie de buraco escuro e sem fundo a tragar seu corpo para as profundezas de um abismo mental.

Entre nós, a cidade de Porto Alegre aparece com o maior percentual de casos de depressão, com 17,49% dos habitantes com essa enfermidade. No Nordeste, Natal é a cidade com o maior número de adultos diagnosticados com depressão, segundo pesquisa da Vigitel 2021, do Ministério da Saúde. Em Belo Horizonte, as mulheres lideram o ranking, com 23,03% com essa doença. No Distrito Federal, o número total aproximado de pessoas de ambos os sexos e de variadas idades, com essa doença, totaliza algo como 11,18% de indivíduos com depressão, ou cerca de 335,4 mil habitantes. É também um número alto e que, à semelhança de outras cidades, tende a crescer de forma quase exponencial.

Somente no ano passado, segundo estimativas oficiais, 75,3 mil trabalhadores pediram afastamento em razão da depressão, com direito a recebimento de auxílio-doença. Em 2022, 209.124 pessoas foram afastadas do trabalho por transtornos mentais diversos. Nos últimos cinco anos, o número de trabalhadores de ambos os sexos aumentou mais de 50%, passando de 170.830, em 2015, para 289.677, em 2020, segundo a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Observem que, nesses casos de afastamento, estão listados, além das doenças mentais clássicas, casos de assédio moral, que podem, com facilidade, resultar em doenças como a depressão.

Aliás, essa é uma das causas mais recorrentes que levam milhares de trabalhadores a depressão todos os anos, com sérios prejuízos para o trabalhador e para a economia do país. Não por outra razão, o mês de setembro foi escolhido para a campanha nacional de prevenção ao suicídio — Setembro Amarelo. Notem que os transtornos mentais têm sido, pelo menos até agora, a terceira causa que mais afasta o empregado do trabalho, isso segundo a Previdência Social, que vem assistindo a um acúmulo de pedidos de afastamento numa proporção crescente de mais de 33 afastamentos a cada hora. São números tão assustadores como a própria doença em si e que vão requerer, cada vez mais, a atenção das autoridades de saúde.

A frase que foi pronunciada:

“A razão pela qual as vítimas, às vezes, permanecem envolvidas em jogos pervertidos por muito tempo é que elas estão cheias de vida e querem dar vida até mesmo à pessoa pervertida, apesar da impossibilidade.”

Marie France Hirigoyen

Revoada

» Gustavo Henrique Roberto Pacheco e Mayumi Enokibara são dois adolescentes que conseguiram uma chance de brilhar no Miami City Ballet. É enternecedor ver tantos talentos artísticos e mentes brilhantes abandonarem a esperança no Brasil.

História de Brasília

Porta-vozes, bem remunerados, continuam, na imprensa carioca, procurando desprestigiar Brasília, e tentam atingir, agora, a equipe que a construiu. A defesa pela calúnia surge no cenário, mas o povo saberá discernir. (Publicada em 26/4/1962)